

ocorreu com os bancos internacionais, as relações do Brasil com os países credores, que integram o Clube de Paris, registraram uma sensível melhoria nos últimos meses. Todavia, como o encontro que mantiveram nesta semana com o presidente do Banco Central, Francisco Trichet, e o negociador brasileiro Pedro Pablo Kuczynski, o presidente do Clube de Paris, Jacques Trichet, as negociações da dívida dos governos poderão vir a ser mais produtivas do que se esperaria.

Trichet expressou a queixa de que o Brasil não está tratando de forma diferenciada os débitos do governo para governo, privilegiando os empréstimos com os bancos privados. Se deveria haver um "paralelismo" de tratamento e a adotada com relação ao Clube de Paris, ao qual o País deve US\$ 7,531 bilhões, segundo a última edição de "Brasil — Economia".

A observação pode ser tida como bastante eufemística, uma vez que, em todos os envolvidos nestas negociações, a questão central é outra. As pendências do Clube de Paris em torno de paga-

mentos em atraso não são sérias a ponto de impedir um acordo. O que Trichet deseja evitar, na realidade, é que o Brasil volte a reivindicar, como fez anteriormente com firmeza, um desconto sobre a dívida, tal como ocorreu com a Polônia e o Egito. Não que o governo brasileiro, reivindique um abatimento de 50% sobre o estoque da dívida junto ao Clube, como o concedido àqueles países, mas certamente o nosso governo deseja uma redução também substancial.

Se Trichet fala em paralelismo referindo-se a questões mais de forma que de fundo, deve admitir que esse conceito se aplicaria, com muito mais propriedade, à posição dos países industrializados diante de devedores que passam por reconhecidas dificuldades econômicas, embora de etiologia diferente.

País pobre, com uma renda "per capita" de apenas US\$ 660 em 1988, segundo estimativas do Banco Mundial (BIRD), o Egito, que

Quando o paralelismo é aplicável

está executando um programa de ajustamento sob a orientação do FMI, tem recebido demonstrações inequívocas da boa vontade internacional, tendo dívidas perdoadas, no todo ou em parte, pelos países árabes exportadores de petróleo, os Estados Unidos e os integrantes do Clube de Paris. Não se pode dizer que aquele país não o mereça, mas está claro que a ajuda que vem recebendo é politicamente inspirada.

Razões da mesma natureza explicam o auxílio à Polônia, que atravessa uma complexa transição entre uma economia centralmente planejada para uma economia de mercado. O seu nível de desenvolvimento, porém, é consideravelmente mais elevado do que o do Egito. Com efeito, segundo ainda o BIRD, a renda "per capita" polonesa (US\$ 1.860) está bastante próxima da do Brasil (US\$ 2.160). E não se deve esquecer, como os negociadores brasileiros não deixaram de notar, que o nos-

so governo, um dos grandes credores da Polônia, concordou em reduzir em 50% a dívida daquele país, que girava em torno de US\$ 4 bilhões.

Pode-se argumentar que o Brasil anulou US\$ 2 bilhões de uma dívida praticamente incobrável. Mas, se bem que a intenção do governo brasileiro seja saldar os seus compromissos externos, está claro que só poderá fazê-lo mediante um desconto sobre o seu estoque e um reescalonamento a mais longo prazo.

Esta não é, de forma alguma, uma posição de confronto, mas a constatação de uma realidade. Por isso, estamos convencidos de que as negociações com o Clube de Paris, conquanto difíceis, acabarão sendo satisfatórias para o Brasil. Tudo está a depender da conclusão do acordo com o FMI, previsto para a próxima semana. E, nesse sentido, o fato mais importante do encontro entre Gros e Trichet foi a reafirmação de que o governo, cumprindo determinação do presidente Collor, não permitirá a criação de despesas sem receitas correspondentes.